

HISTÓRIA DO VOLUNTARIADO NO BRASIL E NO MUNDO.

Resumo

O ano de 2001 foi instituído pela ONU como o Ano Internacional do Voluntariado. De lá pra cá, em consequência desse e de outros apelos sobre o tema, muitas empresas e cidadãos lançaram-se no serviço voluntário, sem, no entanto um referencial teórico que permitisse uma avaliação e orientação a respeito das relações de trabalho em atividades como essa. O presente artigo pretende auxiliar na formação desse referencial, no sentido de apresentar um levantamento sobre a história do voluntariado no Brasil e no mundo. Mostra-se, por exemplo, a origem ligada à religiosidade dos indivíduos, ao civismo e outros aspectos mais voltados para o crescimento individual e para uma melhor vida em sociedade. O objetivo é entender o processo histórico e as transformações do voluntariado, contribuindo para o estabelecimento de diretrizes e orientações para empresas e cidadãos que se envolvam em projetos como esse. Ressalta-se, ainda, que no início desse século, o Estado e a iniciativa privada vêm demandando a expansão de organizações voluntárias, na busca por soluções aos problemas sociais gerados pelo capitalismo. Esse fato é responsável por uma transformação na forma de atuar das organizações sem fins lucrativos, exigindo-se delas que passem a agir de acordo com uma lógica de mercado. Argumenta-se, no entanto, que o trabalho voluntário deve seguir uma lógica mais substantiva de atuação, preservando ações mais voltadas para o crescimento do indivíduo e contribuindo para uma melhor relação entre as pessoas na vida em comum.

Palavras chaves: trabalho voluntário, Ongs, gestão social, terceiro setor.

História do trabalho voluntário

A história do voluntariado confunde-se com a própria história das ações dos indivíduos em relação aos seus semelhantes. Alguns autores, como Hudson (1999) avaliam essa história sob o ponto de vista de todo um segmento dedicado a causas sociais, o Terceiro Setor. Outro autor, Kisnerman (1983), denomina de “trabalho social” o interesse do homem por seus semelhantes e afirma que, a partir do Cristianismo, a caridade ganha maior significado. Essa idéia de salvação pelas obras que os homens realizam durante sua vida é básica para entender as origens do voluntariado, cujas ações são resumidas, em grande parte, em atos de ajudar pessoas carentes com bens concretos (dinheiro, alimentos, roupas, alojamentos). “A esmola, a exortação e a persuasão como recursos elementares caracterizam este largo período de origem do voluntariado, no qual a fé, o sentimento e a intuição substituem o conhecimento científico frente às situações que geram tal estado de carência” (Kisnerman, 1983, p. 3).

Para Hudson (1999), a filosofia que permeia quase todos os aspectos do Terceiro Setor é o desejo humano de ajudar outras pessoas sem a exigência de benefícios pessoais. “A maioria das pessoas pensa no setor em termos de caridade e pressupõe que é um fenômeno moderno... Essa filosofia, no entanto, data de mais longe... Desde os tempos mais remotos era o grupo familiar que cuidava dos membros pequenos, enfermos, deficientes, velhos, viúvos e órfãos” (Hudson, 1999, p. 01).

Ainda segundo o autor, o crescimento das primeiras vilas e cidades, e o movimento das pessoas para longe de suas famílias, exigiu novas formas de auxílio social. As primeiras

civilizações egípcias, por exemplo, tinham um severo código moral com base na justiça social. Tais leis encorajavam as pessoas ao trabalho voluntário, como, por exemplo, transportar uma pessoa pobre para o outro lado do rio, sem cobrar.

“Na antiga Índia, o imperador budista Asoka (aproximadamente 274-232 a.C.) proporcionou instalações médicas, mandou que fossem cavados poços e, já preocupado com o meio ambiente numa época remota, plantou árvores para o deleite do povo. Na antiga sociedade grega, viajantes recebiam tanto comida como abrigo nas casas dos ricos, ou então partilhavam a hospitalidade de camponeses. Os profetas judeus foram os pioneiros das modernas organizações promotoras de campanhas. Trabalhavam incansavelmente pela justiça social, política e econômica e pressionaram seus governos a modificar as práticas políticas e administrativas. A idéia de dar esmolas também era muito difundida. Na época romana, o direito a milho grátis ou barato dependia da cidadania e era hereditária, passando de pai para filho.” (Hudson, 1999, p. 01)

Veyne (1990) explica que Roma era constituída de três classes: os aristocratas (nobiles), os cavaleiros (eqüites) e os plebeus (plebeians). O imperador tinha sob sua competência suprir as necessidades para que eles fossem felizes, estabelecendo uma relação de responsabilidade do Estado para com os cidadãos.

“Os cidadãos notáveis, os bem nascidos, também devem alimentar sua cidade. Espera-se deles que gastem largas somas para manter o sentimento de contínua alegria e prestígio dos cidadãos. O fato de aliviar alguma aflição dos cidadãos pobres, era visto como accidental, pois o importante consistia em, de algum forma, beneficiar o corpo cívico no conjunto” (Veyne, 1990. p. 251).

Em outras palavras, essa proteção satisfazia os interesses das partes envolvidas, sem passar, ainda, pela ideologia cristã de caridade, costume que surgirá mais tarde quando a igreja católica se firma como instituição, oficializando a doação como uma forma de penitência pelos pecados cometidos e garantia de direito à salvação eterna.

Dentre os autores que identificam a atuação da igreja com o início do voluntariado, Hudson (1999) afirma que as ações de caridade coincidem com o crescimento das organizações religiosas. Segundo ele, os ensinamentos judeus promoviam a idéia de que os pobres tinham direitos e que os ricos tinham deveres.

“As primeiras igrejas cristãs criaram fundos para apoio às viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros. Esperava-se que os fiéis levassem donativos, voluntariamente, que eram colocados na mesa do Senhor para que os necessitados pudessem recebe-lo das mãos de Deus. Os primeiros legados foram autorizados pelo imperador Constantino I, no ano 231 d. C., possibilitando a doação de recursos para caridade. No mundo islâmico, a filantropia foi usada para montar grandes hospitais. Exemplos remotos de fundos de miséria também partiram do islamismo, quando pacientes indigentes recebiam cinco peças de ouro assim que recebessem alta.” (Hudson, 1999, p. 02)

Num trabalho sobre a história das políticas sociais e da assistência à infância no Brasil, Pilotti e Rizzini (1995) também destacam o papel da Igreja nas ações voluntárias. “De acordo com as idéias e práticas dominantes na Europa, as primeiras instituições para o cuidado da infância foram instaladas na América por congregações católicas. Elas se localizaram no interior de hospitais, ou próximo a eles, sendo as esmolas e doações voluntárias as principais fontes financeiras, mediante as quais os custos operativos eram cobertos”. Os autores ressaltam a “filantropia leiga”, desenvolvida pelos setores dominantes para atenuar o conflito social durante o século XIX, sob a égide especialmente do Cristianismo, visando inclusive à manutenção do status quo:

“Pela ação filantrópica, as elites da época empreenderam o que poderia ser chamado de campanhas morais contra a miséria, oferecendo uma assistência de caráter tanto facultativo como condicional: em troca dos favores concedidos espera-se a submissão do beneficiário, assim como mudanças de condutas de acordo com as expectativas da classe dominante”. (Pilotti e Rizzini, 1995, p.36/37)

Alguns nomes assinalam um marco, em termos mundiais, que conduziria ao trabalho social como visto atualmente. O primeiro deles, segundo Kisnerman (1983), é o de Juan Luis Vives, pedagogo espanhol, que em 1526 escreve o livro *Da assistência aos pobres*, depois de pesquisar casa por casa em Bruxelas, na Bélgica, e listar as necessidades de seus habitantes e as possíveis causas da miséria. Para ele, o pecado era a causa de todos os males, incluída a pobreza. Sendo assim, a assistência aos indivíduos tratava-se de um ato do bom cristão, o que reforça a ligação da origem da ação voluntária humanitária com a religião.

Hudson, (1999) coloca as ações de Vives como uma das primeiras propostas a adotar uma abordagem mais estratégica para a aplicação de suporte social. “Vives propôs um censo da população indigente, investigações detalhadas de casos individuais, a aplicação de medidas destinadas a reabilitações permanentes e melhorou a coordenação de atividades caritativas. Este tema foi levado adiante no século XVI na Europa, e censos mais detalhados foram efetuados, por exemplo, em Londres e em Norwich. (Hudson, 1999, p. 03).

Vem dessa época, exatamente na Europa, a idéia de que o governo das cidades assumisse a administração da assistência aos pobres, que Vives conseguiria realizar em Bruxelas, com a criação da primeira repartição destinada a essa tarefa. “Essa concepção organizada da assistência atraiu-lhe duras críticas por parte do clero, que defendia esse campo como seu exclusivo” (Kisnerman, 1983, p. 4).

Outro nome, surgido no seio da Igreja Católica, no final do sec. XVI, é Vicente de Paulo, que organizou uma entidade integrada por mulheres pertencentes a famílias aristocráticas, dedicadas a visitar os doentes nos hospitais e os pobres em suas casas, para levar-lhes ajuda. As *Damas de Caridade* foi uma organização que não prosperou, de acordo com Kisnerman (1983) por causa do preconceito vigente na época, segundo o qual as mulheres deveriam ocupar-se somente da casa e dos filhos. Exatamente por isso, Vicente de Paulo passou a recrutar jovens camponesas, as quais chamou, inicialmente de *Servas dos Pobres*, passando depois a *Filhas de Caridade* e, finalmente, a *Irmãs de Caridade*, denominação que perdura até os dias de hoje. Kisnerman (1983) esclarece, portanto, que a Igreja Católica também questionou tal iniciativa, já que não concebia uma congregação religiosa feminina que não fosse de clausura.

“A ação de Vicente de Paulo se concretizou também na criação de instituições para crianças abandonadas, albergues para famílias sem lar, escolas de artes e ofícios, e em proporcionar assistência material e espiritual em hospitais e presídios, procurando em todos os casos educar as pessoas para que melhorassem suas condições de vida. Preocupado com as condições de trabalho das crianças e dos galés, cuja situação denunciou, conseguiu, na França, as primeiras leis em benefícios de ambos.” (Kisnerman, 1983, p. 5).

Importante ressaltar que esses tipos de ações em muito se assemelham à maior parte das iniciativas de que fazem parte os voluntários hoje em dia. O exemplo de Vicente de Paulo, na França, e de Vives, na Bélgica, assim como o dos profetas judeus, mais remotamente, mostram, também, como a interferência dos indivíduos numa determinada realidade social obriga a adaptação da própria sociedade, seja a partir de uma nova ordem legal, seja pelo rearranjo das próprias entidades que interagem entre si. As mudanças operadas na Igreja, os novos costumes, o fim de determinados preconceitos, enfim, todas essas alterações ocorrem em função de uma pressão e iniciativa da sociedade, o que não difere das modernas técnicas de Responsabilidade Social, que representam uma resposta das empresas às novas prerrogativas sociais, como veremos mais adiante. Hudson (1999, p. 13) é mais específico e coloca o voluntariado como um dos principais fatores de transformação da sociedade: “A história da política social na Grã-Bretanha é em grande parte formada por realizações reivindicadas por corpos de voluntariados que transformam situações até então toleradas em problemas e reivindicações para a ação”.

Também no interior da Igreja Católica, são citados dois outros nomes em destaque na pesquisa de Kisnerman (1983) sobre o trabalho social: o de Frederico Ozanan, que continuou o legado de Vicente de Paulo, organizando, também na França, as Conferências de São Vicente de Paulo, no século XIX; e o de Bartolomeu de las Casas, que luta na América Central do sec. XV, até conseguir as Leis das Índias para proteger os indígenas contra os desmandos dos conquistadores espanhóis. Ainda segundo o autor, surgiria uma nova orientação das ações voluntárias de caridade pelas mãos do protestantismo:

“A ação da Igreja Católica, baseada na caridade e orientada para ações individuais, contrasta com a do Protestantismo, baseada na filantropia, quer dizer, na boa vontade para com os semelhantes, na fraternidade humana, e expressa em ações visando melhorar a situação dos indigentes, mediante medidas de alcance geral por meio de instituições beneficentes que atendessem maior número de pessoas”. (Kisnerman, 1983, p. 5 e 6).

Para ele, os protestantes demonstravam maior organização no fornecimento da assistência, como no caso do chamado Sistema de Hamburgo, estabelecido em 1765. Nessa época, foram proibidas a mendicância e dar esmola aos mendigos e criou-se uma repartição central de assistência ao indigente. A cidade foi dividida em distritos, supervisionados por pessoas voluntárias, designadas para atendimento e ajuda aos pobres. Criou-se uma escola para treinamento profissional aos desocupados, proporcionando-se subsídios até que essas pessoas pudessem encontrar novos empregos. Kisnerman (1983) destaca ainda que os pastores protestantes foram os primeiros a assinalar que a ajuda aos indigentes devia converter-se numa ciência baseada na observação, no estudo das necessidades dos pobres de cada setor e na ênfase à prevenção e reabilitação.

Uma organização civil, surgida na Inglaterra em 1869, também ganha destaque na pesquisa de Kisnerman (1983) e de Hudson (1999): é a *Charity Organization Society*, COS (Sociedade para a Organização da Caridade). Os propósitos dessa organização eram justamente para se evitar que se continuasse prestando ajuda indiscriminada aos indigentes, favorecendo sua permanência no estado de miséria. Octavia Hill, uma de suas criadoras, utilizava a divisa “*Esmolas não, mas um amigo sim*”. Daí que os voluntários encarregados de visitar e atender as necessidades dos pobres começaram a ser chamados de visitantes amigos. O êxito e a expansão da COS na Inglaterra geraram, no ano seguinte, a sua criação também nos EUA, em 1870. Dos quatro iniciadores do projeto naquele país, três eram mulheres, o que reforça a participação feminina na história do voluntariado.

“Este é um exemplo de como muitas das grandes inovações do bem-estar humano tornaram-se depois organizações do terceiro setor e parte de uma forma aceita de trabalho. A entidade foi fundada depois que Henry Solly apresentou uma monografia à *Society of Arts*, visando a incentivar gastos responsáveis com os pobres, evitando a dependência na assistência social. Essa organização, hoje denominada *Family Welfare Association*, foi uma das primeiras a disciplinar o que hoje seria chamada de uma abordagem estratégica para suprir as necessidades das pessoas. Seu objetivo era: evitar a distribuição indiscriminada de auxílio; promover cuidadosa investigação nos casos individuais; descobrir as causas do sofrimento do indivíduo; remover as causas do sofrimento; coordenar atividades de caridade para evitar excesso de ajuda para um determinado indivíduo.” (Hudson, 1999, p. 03).

A mais ativa militante da COS nos Estados Unidos, Jane Addams, foi uma verdadeira missionária da paz internacional, recebendo em 1931, “já doente e hospitalizada, o Prêmio Nobel da Paz, como porta-voz de todas as mulheres que amam a paz no mundo inteiro.” (Kisnerman, 1983, p. 9). Enquanto nos EUA a assistência aos indigentes ficava, em grande parte, a cargo de organizações privadas, na Europa, a segurança social mantinha-se amparada numa vasta e completa legislação social, a cargo do Estado. Já na América Latina, “seria o Estado intervencionista, com a colaboração de instituições religiosas católicas, que passaria a sustentá-las por meio das chamadas instituições de bem-estar social”. (Kisnerman, 1983, p. 10).

No caso das colônias espanholas, Pilotti e Rizzini (1995) destacam um decreto real emitido por Carlos V, ordenando a criação de hospitais nas principais localidades, o que reforça essa intervenção do Estado com a Igreja, na medida em que assinala que a caridade cristã deveria ser praticada para com os pobres e enfermos. É dessa época um dos primeiros “hospitais de caridade” que se tem notícias na América do Sul, segundo os autores, o Hospital da Misericórdia de Nosso Senhor Jesus Cristo, inaugurado em 9 de março de 1565, em Quito, Equador, que recebia os enfermos, assim como as crianças abandonadas e órfãs, idosos, vagabundos e doentes mentais.

“Cabe assinalar que a maioria das congregações religiosas que se estabeleceu na América Latina era formada por missionários e missionárias de origem européia que, além de seu desconhecimento inicial dos costumes locais, tinham a tradição da assistência à chamada infância desvalida, caracterizada pelos seguintes traços: o internamento em instituições denominadas asilos, utilizados como principal ferramenta de intervenção; a miséria associada a formas de vida de

perigo moral, logo perigosa para a formação de crianças; a atenção dirigida preferencialmente para menores de 12 anos, inspirada em uma proposta pedagógica orientada para a formação para o trabalho de baixa qualificação.” (Pilotti e Rizzini, 1995, p. 36).

No Brasil, os antecedentes do trabalho voluntário também se dão em iniciativas de caráter religioso, legitimados pelo Estado. Desta forma, em sua origem, as ações assistencialistas encontram-se quase que totalmente vinculadas à Igreja Católica.

“De um total de 32 instituições de recolhimento para menores e 22 associações e estabelecimentos de assistência extra-asilar existentes no Rio de Janeiro, entre 1738 e 1930, apenas 7 e 3 são, respectivamente, iniciativas do Estado – ainda assim, incluindo a Casa de Detenção, o Asilo de Mendicidade e a Colônia Correccional, onde podia-se encontrar crianças, embora esta não fosse uma finalidade específica destes estabelecimentos.” (Arantes, 1995, p. 195).

Nos séculos XVI e XVII, a assistência a crianças abandonadas era prestada pelas Câmaras Municipais e Casas de Misericórdia, adotando ambas, segundo Faleiros (1995) “a colocação destes em casas particulares, onde deveriam ser cuidados e amamentados por amas-de-leite até 3 anos, mediante pagamento”. Ainda no Brasil Colônia, os custos dessa assistência, assim como a responsabilidade de assumi-la, foram motivos de constantes atritos entre o poder público (governo real) e os agentes privados (Irmandade da Santa Casa de Misericórdia). Em outras palavras, existia um aparato formal de assistência aos necessitados, mas dificuldades tanto na obtenção como na gestão dos recursos públicos, fato que viria ocorrer até os dias de hoje.

“Na primeira década do sec. XVIII houve um agravamento das tensões entre o governo colonial e as Misericórdias, referente às despesas e financiamento da assistência a crianças expostas (como também à assistência hospitalar prestada por estas a presos e soldados), ocasionando desentendimento entre as autoridades da Coroa e a Câmara Municipal da Bahia e tornando tensas as relações no interior do governo”. (Faleiros, 1995, p. 228).

O fato é que, tanto no Brasil Colônia como no Império, “as Irmandades Nossa Senhora de Misericórdia dependiam, de fato, quase que exclusivamente de doações voluntárias de particulares, espólios de ricos senhores e de juros, para manter sua assistência às crianças abandonadas” (Faleiros, 1995, p. 233).

Além do financiamento, a assistência aos necessitados, principalmente no que diz respeito às crianças abandonadas, também dependia da atuação das famílias brasileiras, após a implantação do sistema de Roda, em 1775. Tratava-se de “todo um sistema legal e assistencial dos expostos até sua maioridade. Em realidade, Roda era o dispositivo cilíndrico no qual eram enfeitadas as crianças e que rodava do exterior para o interior da casa de recolhimento” (Faleiros, 1995, p. 230). Segundo Leite (1991), não há consenso entre os pesquisadores sobre o tempo inicial de permanência das crianças enfeitadas na casa da Roda. Podia variar entre dias, meses ou até um ano e meio. Após esse período inicial, eram entregues para “famílias honestas” para serem criadas e amamentadas até três anos por amas-de-leite, que em geral eram pagas pelas administrações municipais.

“O futuro dessas crianças após 7 anos dependia, em grande parte, das famílias que as criavam. Os meninos podiam ser encaminhados a aprendizes de algum ofício, caixeiros de lojas, seminários. As meninas realizavam tarefas domésticas em troca de sustento ou eram encaminhadas à Casa de Recolhimento.” (Leite, 1991, p. 181).

Já nessa época, na transição entre o Brasil Colônia e Império, há relatos de voluntários que se dedicavam à assistência a essas crianças nas casas de recolhimento. Em 1821, Maria Graham, escritora e desenhista inglesa, governanta dos filhos de D. Pedro, assustava-se com as altas taxas de mortalidade nesses locais: “(...) a primeira vez que fui à Roda dos Expostos (do Rio de Janeiro) achei sete crianças com duas amas, nem berços, nem vestuário. Pedi o mapa e vi que em treze anos tinham entrado perto de 12.000 e apenas tinham vingado 1.000, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde se achavam”. (Faleiros, 1995, p. 231).

Tais raízes históricas explicam bem o estado precário da assistência aos necessitados no Brasil, ainda hoje. São dificuldades não só de financiamento e de definições de responsabilidades, no campo das políticas públicas, como também da própria estrutura de poder da sociedade brasileira. Faleiros (1995) argumenta que a Irmandade da Misericórdia era organizada de maneira a garantir o controle das elites e da alta hierarquia da Igreja Católica, ou seja, dos donos do poder:

“As Irmandades da Misericórdia (...) eram a cara filantrópica deste processo, ou seja, atores privados articulados com atores públicos, pertencentes à mesma elite, executores de uma mesma política de dominação, cujas contradições internas geravam conflitos e crises e acabavam sendo negociados e superados”. (Faleiros, 1995, p. 234/235).

Em outras palavras, as ações voluntárias na história do Brasil não só eram exercidas em instituições religiosas como mantinham estreita relação com a questão social e as políticas de assistência aos necessitados em cada época. Ou seja, estão relacionadas a contextos distintos, sejam eles sociais, jurídicos ou econômicos, e jamais deixaram de reforçar aspectos morais e religiosos, mantendo o status quo, as posições e mesmo os preconceitos de toda uma elite. Em pesquisa documental, por exemplo, Arantes (1995, p. 196) enumera uma série de objetivos das instituições brasileiras, em diversos momentos, mostrando tal relação:

- Asilo Agrícola Santa Isabel (fundado em 1886):
“É destinado a meninos vagabundos ou destituídos de amparo da família, que aí receberão educação moral e religiosa, instrução primária, elementos de instrução profissional, ensino agrícola de caráter prático”.
- Asilo Bom Pastor (fundado em 1891)
“Promover a regeneração das mulheres que se desviaram do caminho do bem e da virtude”.
- Asilo Nossa Sra. do Amparo (fundado em 1914)
“Educar as meninas em misteres domésticos, preparando mães de família cristãs”

- Asilo de São Cornélio (fundado em 1900)

“Às internas são ministrados cursos de lavagem, engomagem e trabalhos manuais.”

- Orfanato Santa Maria (fundado em 1872)

“Formação de empregadas domésticas e semelhantes para meninas de cor”

- Orfanato Santo Antônio (fundado em 1905)

“Asilar e dar instrução primária e ensino doméstico às meninas órfãs, desvalidas, visando formar futuras criadas e esposas de operários”

- Recolhimento das Órfãs (fundado em 1740)

“Recolher e educar órfãs filhas de legítimo matrimônio... não só amparar meninas pobres, mas também criar para a sociedade mulheres estimáveis por suas virtudes domésticas”

Em Lima e Venâncio (1991, p. 72), a afirmação de um autor de um projeto de fundação de uma fazenda-escola para órfãos e meninos abandonados e ou sem trabalho, após a Lei do Vente Livre, no Brasil Império, reforça o caráter político-econômico da história da assistência no Brasil: “nas nossas mãos temos um paliativo, senão um remédio para os males que possam cair sobre a agricultura: temos os meninos do país, que podem tornar-se excelentes obreiros, bons agricultores, temos todos esses crioulinhos libertos (...)”

Para Faleiros (1995, p. 236), “o peso desta história até hoje nos pesa... à criança pobre, em suma, ao menor, não resta senão vender muito cedo sua força de trabalho, não resta senão uma infância curta, pois histórica, ideológica e economicamente está destinado, através do trabalho precoce e desqualificado, à reprodução da situação de exclusão vivida pelos pobres no Brasil desde a Colônia”.

Independente de tal situação, no entanto, a assistência social torna-se cada vez mais científica, no Brasil, ao longo dos anos. Faleiros (1995, p. 235) verifica significativas mudanças após a independência, especialmente no que diz respeito às chamadas crianças expostas: “...novas mantenedoras, particulares e/ou religiosas começam a atuar no campo da assistência à infância necessitada. O governo legisla sobre órfãos, aprendizes, menores infratores, instituições de assistência privada, educação, e cria alguns asilos/escolas para meninos órfãos, abandonados e pobres”.

A assistência social como um todo profissionaliza-se, principalmente a partir do sec. XX, culminando hoje com um amplo amparo técnico e legal, o que denuncia um certo positivismo, inaugurado na época das COS, de acordo com Kisnerman (1983), e que viria a impregnar grande parte da produção científica social a partir da Revolução Industrial. Tal positivismo e pragmatismo têm influência decisiva na obra de Mary E. Richmond, nos EUA, a partir do final do sec. XIX. Com ela, “estabeleceu-se pela primeira vez, uma proposta de fato científica em Trabalho Social, fundada na investigação e voltada à obtenção de ampla informação acerca da pessoa e de sua problemática social (diagnóstico), para em seguida planejar uma modificação de comportamento (tratamento)”.

Hudson (1999, p. 06) argumenta que essa tendência de uma abordagem mais estratégica aconteceu simultaneamente com um aumento da intervenção do Estado nos assuntos sociais.

“Como resultado, muitos dos esquemas inovadores para atender as necessidades das pessoas, estabelecidos pelo terceiro setor no decorrer dos últimos 150 anos, foram sendo gradativamente adotados pelo governo... Como resultado, um dos princípios básicos da provisão do Estado, o de assegurar padrões mínimos, foi estabelecido e estendido para vários serviços, incluindo pensões, refeições escolares e seguros saúde e desemprego.”

“Todavia, até 1948, as organizações voluntárias e de caridade permaneceram como as principais provedoras de serviços diretos. Hospitais voluntários e serviços para crianças e deficientes dependiam das organizações voluntárias. Entretanto, o provisionamento voluntário, como nos hospitais, estava sendo cada vez mais criticado, pela rivalidade entre as próprias instituições e pela inabilidade em propiciar serviços universais para todos, gratuitamente, nos postos de atendimento. À medida que as provisões do Estado aumentavam, o papel do setor voluntário era visto como suplementar e não como um sistema paralelo, como tinha sido classificado anteriormente.” (Hudson, 1999, p. 06).

No Brasil, por exemplo, as iniciativas do Estado em relação à assistência à infância, de acordo com Pilotti e Rizzini (1995) só ganham relevância também a partir do século XX, pressionadas, entre outros fatores, pelo movimento médico higienista e pela demanda crescente, por parte de alguns setores, da construção de uma rede profissionalizante de ensino, separada da assistência aos desvalidos.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, o papel do setor voluntário foi, portanto, reduzido em todo o mundo, à medida que o Estado assumia hospitais e outros serviços, oferecendo atendimento mais completo por meio de departamentos de serviço social locais. Hudson (1999, p. 07) explica que o setor voluntário começou novamente a exercer influência a partir dos anos 60, quando se nota em particular que: *a)* as grandes organizações provedoras de serviços enfocaram atendimentos não proporcionados pelo Estado; *b)* organizações especializadas foram criadas para quase todas as causas imagináveis (somente o diretório do National Council for Voluntary Organizations relaciona mais de 2.000 organizações voluntárias) e *c)* o financiamento por parte do governo e de autoridades locais cresceu dramaticamente.

“Essas novas oportunidades, juntamente com o desdobramento dos grandes fornecedores de serviços de saúde, educação e bem-estar social em organizações menores e mais independentes, estão contribuindo para o crescimento do setor. Muitas instituições que até alguns anos faziam parte do setor público estão se tornando mais próximas das organizações voluntárias financiadas pelo Estado. Colégios, escolas mantidas por doações e trustes de hospitais estão começando a se ver mais como organizações semi-independentes do terceiro setor do que parte do setor público” (Hudson, 1999, p. 07).

No Brasil, de acordo com Peliano (2001), os anos de 1990 foram decisivos no processo de consolidação das ações voluntárias, representando também um grande avanço para as organizações do Terceiro Setor. Segundo ele, o início dessa década foi marcado pela confluência de vários processos: a abertura da economia, privatização das empresas estatais, crise política e econômica, fortalecimento da sociedade civil, maior envolvimento das ONGs e busca de melhoria na qualidade dos processos de gestão das empresas nacionais – acompanhados de

mudanças no mercado de trabalho, redução na capacidade de atuação do Estado e crescente envolvimento das empresas privadas em ações sociais.

“É dessa época a criação do Movimento pela Ética na Política, que se notabilizou na luta pelo impeachment do ex-presidente Collor, desdobrando-se na campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. A Ação da Cidadania evocou o sentimento de solidariedade nacional em favor dos excluídos e promoveu inúmeras campanhas de distribuição de alimentos em todo o país, impulsionadas pelo sentimento de indignação contra a fome, a miséria e a exclusão. No centro desse movimento destacou-se a participação de Herbert de Souza, o Betinho, então presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que lançou ampla campanha nacional convocando as empresas públicas e privadas para maior engajamento no combate à miséria e à elaboração de seu balanço social” (Peliano, 2001, p. 20).

Embora tal ferramenta venha ganhando destaque na literatura e no cenário empresarial atual, o balanço social também não é um instrumento recente. Na perspectiva de Loureiro (2002), diversos historiadores elegem a Alemanha como o local em que teria se observado, na década de 20, a busca pela apresentação de um tipo especial de informação que receberia o nome de balanço social. Ainda segundo o autor, no final da década de 60, multiplicaram-se as iniciativas a respeito da necessidade de prestação de contas pelas empresas à sociedade, exigindo-se mais clareza quanto a suas atividades, relações e lucros, entre outros. É exatamente nessa época que surgiu a proposta de uma demonstração denominada genericamente balanço social.

“Nos anos 70 se popularizou a idéia da responsabilidade social das empresas e a partir desta idéia, em 1971, é que a companhia alemã STEAG inovou produzindo uma espécie de relatório social que apresentava um balanço de suas atividades sociais. Porém, o que se pode classificar como um marco na história dos balanços sociais, aconteceu na Franca, em 1972, quando a SINGER fez o que seria chamado primeiro balanço social da história das empresas” (Loureiro, 2002, p. 74).

No Brasil, a origem do conceito de Balanço Social surge em 1961, ainda de acordo com Loureiro (2002), a partir das discussões sobre a responsabilidade do dirigente de empresas nas questões sociais, iniciadas em São Paulo, por iniciativa da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). O autor enumera, também, algumas outras iniciativas públicas que passaram a exigir a abordagem de aspectos sociais, como a Relação Anual de Informações Sociais, a RAIS, instituída por meio de decreto, em dezembro de 1975. Pouco depois, em 1980, graças aos estudos do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), o balanço social passou a ser difundido de fato pelo Brasil.

Em 1984, a Nitrofertil, uma empresa estatal baiana, publica de maneira completamente voluntária, o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira: o relatório de atividades sociais, que recebeu o nome de Balanço Social da Nitrofertil e é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero a ter tal denominação. Nesse mesmo período também foi publicado o relatório de atividades do Sistema Telebrás e seis anos depois o BANESPA produziu um relatório completo, denominado Balanço Social do BANESPA.

Ou seja, enquanto na Europa os primeiros relatórios sociais surgem no interior da iniciativa privada, no Brasil foi uma clara determinação do Estado, o que explica o fato de, inicialmente, o balanço social ter surgido no setor público. De qualquer forma, também para Loureiro (2002), a grande discussão sobre o assunto, inclusive para a iniciativa privada brasileira, se dá justamente com a atuação de Betinho, especialmente a partir de 1997, com a publicação do artigo “Empresa pública e cidadã”. Trata-se, portanto, de uma demonstração de como a sociedade civil, a partir de manifestações voluntárias, pode influenciar na atuação de diversos setores, contribuindo, a partir da mobilização civil, para transformações sociais de grande porte.

Ainda de acordo com tal perspectiva, podemos incorporar mais recentemente a atuação das Ongs, que também contribuem para mudanças sociais: “Para fazer face aos problemas que se acirraram, as Ongs, que inicialmente tinham caráter assistencialista, já que eram ligadas principalmente a grupos religiosos, se diversificaram e passaram a adotar como estratégia a ação localizada e de pequenas proporções, que pretende repercussões e transformações a mais longo prazo, em experiências que possam ser multiplicadas por meio da formação de novos atores sociais. Atores que não pretendem substituir a ação do Estado, mas que estimulam a rediscussão de seu papel, numa perspectiva que inclua a participação cidadã no processo de democratização, direcionando o foco no desenvolvimento para seu aspecto social e tendo como contraponto os modelos de desenvolvimento centrados no Estado e no mercado” (Tenório, 2001, p. 12).

Para Hudson (1999, p. 11) esse movimento pode ser beneficiado pela diversificação e influência que vem alcançando o Terceiro Setor, cujas ações praticamente afetam a todos. “As pessoas podem tornar-se membros de associações profissionais, receber atendimento em universidades, participar de eventos artísticos, filiar-se a algum sindicato, apoiar uma determinada campanha, fazer doações a uma instituição de caridade ou ingressar como sócio de um clube ou sociedade”.

Mais especificamente no que diz respeito ao trabalho voluntário, que se insere nesse contexto de atuação do Terceiro Setor como um todo, o autor enumera três contribuições muito importantes para a sociedade:

“Representação – a ação voluntária nas circunstâncias atuais exerce um papel mais abrangente – e de maior importância social e política – do que a de um mero provedor de serviços sociais ao lado da provisão principal do Estado. Contribui para o processo representativo, para o desenvolvimento da política pública e para os processos de integração e coesão social.

Inovação – os corpos de voluntariados são um fonte de inovação. Os governos hoje em dia enfrentam questões muitas vezes formuladas e moldadas por aqueles que não estão envolvidos diretamente com o problema.

Cidadania – A eficiência dos corpos de voluntariados como proponentes de mudanças deve muito à sua natureza informal. O fato de as pessoas estarem ou não excluídas de uma real cidadania depende em grande parte da força do setor voluntário local” (Hudson, 1999, p. 13).

Conclusão

No âmbito da avaliação de governos e iniciativa privada, o terceiro setor aparece como uma louvável contribuição para minorar os problemas sociais que o sistema capitalista vem criando com uma velocidade nunca vista. Dessa forma, funcionam como promotores de ações

sociais, as quais buscam o trabalho de voluntários, engajados na solução de diversos problemas e na melhoria da vida em comum. A novidade nesse início de século é que não só o Estado, como também a iniciativa privada, vem demandando a expansão das organizações voluntárias, a partir de políticas e parcerias que têm a participação do terceiro setor.

Esse fato é responsável por uma transformação na forma de atuar das organizações sem fins lucrativos, exigindo-se delas que passem a atuar de acordo com uma lógica econômica, dentro dos padrões de mercado. Isso faz com que o trabalho voluntário ganhe status de trabalho administrativo, no sentido de que se aplicam a ele elementos do receituário das empresas, tais como medida de desempenho, de retorno e investimentos.

Observando-se a história do voluntariado, no entanto, tal exigência deve ser vista com reservas. Esse artigo mostra que as organizações voluntárias sempre tiveram um papel muito importante na manutenção de valores humanitários, dirigindo seus esforços para obtenção de resultados mais substantivos e mantendo relações de trabalho que privilegiam valores individuais como ética, respeito e contribuição. Ou seja, trata-se de uma atividade que exige uma lógica organizacional diferente da lógica de mercado, encontrada especialmente no segmento privado.

O objetivo principal desse artigo, portanto, é destacar que, nos dias de hoje, essa lógica excessivamente administrativa vem cada vez mais tomando corpo dentro das organizações do terceiro setor, influenciando sobremaneira as atividades voluntárias desenvolvidas em seu interior. Assim, ações que anteriormente eram movidas por lógicas substantivas passam a ser estimuladas pelo cálculo de fins e conseqüências, tão comum nas organizações privadas com fins lucrativos. Não se trata, obviamente, de rejeitar as técnicas administrativas, mas utilizá-las com a consciência de que é preciso preservar a participação criativa dos voluntários e o seu engajamento na causa social.

A história do voluntariado demonstra que é possível reverter esse quadro, ressaltando os valores peculiares de organizações sem fins lucrativos e preservando uma forma de atuação mais voltada para o crescimento do indivíduo e das ações de cidadania, sem interesses de mercado. Ao voltarmos ao passado e analisarmos as origens do voluntariado, ressaltamos uma lógica mais humanitária de atuação, o que pode contribuir para a formação de um referencial conceitual que fortaleça as características próprias de ações como essas. Pode-se, inclusive, potencializar essa lógica de organização, sistematizando esse conhecimento historicamente acumulado, em busca de inspiração para uma melhor relação entre as pessoas quando se juntam em atividades cotidianas.

Referências

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1995.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1995.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo. Makron Books, 1999.

KISNERMAN, Natálio. **Introdução ao trabalho social**. São Paulo. Editora Moraes, 1983.

LEITE, Ligia Costa. **A magia dos invencíveis**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LIMA, Lena Lage, VENANCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto/CEDHAL, 1991.

LOUREIRO, Luiz Fernando Ribeiro (orientador). **Balço Social: a história do conceito no Brasil e no mundo**. In: Dissertar, Ano II, N. 3, Rio de Janeiro, 2002.

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros (coord.). **Bondade ou interesse? Como e por que as empresas atuam na área social**. Brasília: IPEA, 2001.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1995.

TENÓRIO, Fernando G. (organizador). **Gestão de Ongs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

VEYNE, Paulo (organizador). **Do Império Romano ao ano mil – História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, v. 1.